

Os benefícios previdenciários anteriores à Medida Provisória 1.523-9/1997 e o prazo decadencial para a revisão do ato administrativo de concessão

Gabriel Brum Teixeira*

Introdução

O egrégio Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que

O prazo decadencial estabelecido no art. 103 da Lei 8.213/1991, e suas posteriores alterações, não pode retroagir para alcançar situações pretéritas, atingindo benefícios regularmente concedidos antes da sua vigência¹.

Recentemente, essa jurisprudência veio novamente à baila em notícia veiculada pelo sítio virtual daquela Corte², oportunizada pelo recente julgamento

de agravo regimental atravessado nos autos do Agravo de Instrumento 927.330³, realizado pela colenda Sexta Turma.

Não raro, porém, correntes jurisprudenciais ganham corpo sem que todos os aspectos relevantes e pertinentes à discussão tenham sido devidamente enfrentados. Quanto mais importantes se entremostrem as consequências resultantes do posicionamento dos Tribunais sobre a vida dos cidadãos e o interesse da coletividade, maior a necessidade de que sejam aprofundadas as vertentes da decisão.

Em relação à questão atinente à existência ou não de prazo decadencial a fulminar o direito potestativo de buscar a revisão do ato administrativo que fixou os valores representados pelos benefícios previdenciários, não obstante as inúmeras decisões da Corte constitucionalmente incumbida do magno mister de zelar pela uniforme aplicação da legislação federal (CF, art. 105), nota-se, pela atenta leitura desses precedentes, que alguns pontos passaram ao largo das discussões ocorridas nas sessões de julgamento das Quinta e Sexta Turmas, responsáveis pela apreciação de demandas envolvendo Direito Previdenciário. De todos os pontos que se poderia cogitar como relevantes para um melhor equacionamento da controvérsia, e que não foram em momento algum enfrentados, há um, particularmente, que merece destaque: os

*Juiz Federal Substituto — Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia/SJGO/TRF1.

¹ EDcl no REsp 527.331/SP, Quinta Turma, rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 23/06/2008.

² “Revisão previdenciária anterior a junho de 1997 pode ser pedida a qualquer tempo

É firme no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que o prazo decadencial (para que se exerça um direito) para pedir revisão de benefícios previdenciários incluído na Lei de Benefícios (Lei 8.213/1991) em 1997 não atinge as relações jurídicas anteriores. O entendimento está pacificado nas duas turmas da Terceira Seção há mais de uma década.

Já em 2000, o Min. Hamilton Carvalhido, quando integrava a Sexta Turma do STJ, definiu: “Não possui eficácia retroativa o art. 103 da Lei 9.528/1997 quando estabelece prazo decadencial, por intransponíveis o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada (art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição da República e art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil)”.

Também nesse sentido, o Min. Jorge Scartezzini, da Quinta Turma, afirmou durante o julgamento de um recurso do INSS realizado em 2001 (REsp 1147891): “O prazo decadencial instituído pelo art. 103 da Lei 8.213/1991, com redação dada pela Medida Provisória 1.523/1997, não se aplica aos pedidos de revisão de benefícios ajuizados antes de sua vigência, por não ter o novo regramento aplicação retroativa”. A Medida Provisória 1.523/1997, convertida na Lei 9.528/1997, deu nova redação ao caput do art. 103 da Lei dos Benefícios, instituindo o prazo de decadência de dez anos para todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

A nova redação também determina que prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, conforme dispõe o Código Civil.

A questão foi muito bem esclarecida pelo atual corregedor nacional de Justiça, Min. Gilson Dipp, quando integrava a Quinta Turma (REsp 254186). Segundo ele, “antes da nova regra, o segurado podia, a qualquer tempo, buscar a revisão do cálculo de sua renda

mensal inicial, embora tivesse prescritas as diferenças ocorridas no quinquênio anterior ao ajuizamento da ação”. O instituto da decadência foi incluído na nona edição da MP 1.523, publicada em 27 de junho de 1997.

Inicialmente, explica Gilson Dipp, o prazo foi fixado em dez anos, porém com a edição da Lei 9.711, ele foi reduzido para cinco anos, igualando-se ao da prescrição. “O prazo decadencial de revisão, em se tratando de direito material, atinge apenas os benefícios concedidos após a MP 1523, isto é, 27/06/1997, pois a norma não é expressamente retroativa, sendo de 10 (dez) anos, para os benefícios concedidos entre 28/06/1997 (MP 523/1997) e 20/11/1998 (Lei 9.711/1998) e de 5 (cinco) anos, a partir de 21/11/1998”.

O Min. Dipp explicou, ainda, que a regra não alcança o direito de ajuizar ações revisionais que busquem a correção de reajustes de benefícios, que continuam atingidas apenas pela prescrição quinquenal.”

(http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=96058, acessado em 25/02/2010.)

³ AgRg no Ag 927.300/RS, Sexta Turma, rel. Des. conv. Celso Limongi, DJ de 19/10/2009.

fundamentos dos precedentes emoldurados no seio das Turmas que integram a Terceira Seção vão de encontro à jurisprudência pacificada pela colenda Corte Especial daquele Sodalício, formada a partir do julgamento do Mandado de Segurança 9.112⁴, quando em jogo a possibilidade de aplicação do novel prazo de decadência instituído pela Lei 9.784/1999 aos atos administrativos praticados anteriormente à sua vigência.

A temática que ora suscito neste despretenso artigo foi objeto de debates por ocasião da I Jornada de Direito Previdenciário organizada pela Escola da Magistratura Federal da 1ª Região, cujos trabalhos se desenvolveram na agradável capital mineira, entre os dias 27 e 29 de outubro de 2009. O relato de várias decisões judiciais que ainda insistem em tese diversa àquela até agora acolhida pelo Superior Tribunal de Justiça – vindas seja da primeira instância e de todas as regiões da Justiça Federal, seja, também, de Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais⁵ –, muito antes de significar uma injustificada resistência à jurisprudência cristalizada por aquela respeitada Corte, espelha uma salutar preocupação com o fato de não terem sido devidamente abordados aspectos cruciais para o mais aperfeiçoado destrinçamento da controvérsia jurídica em tela. O contexto, mais propriamente, faz avultar o propósito da magistratura de primeira e segunda instâncias em colaborar com o amadurecimento da jurisprudência do egrégio Superior Tribunal de Justiça, à conta dos inegáveis e importantes reflexos que está a produzir sobre *milhões* de ações judiciais que existem e que seguramente continuarão a existir *por décadas* mercê do entendimento hoje acolhido pelas Turmas que compõem a Terceira Seção. É oportuno mencionar, a propósito, que a discussão aqui agitada ainda não foi objeto de deliberação em sede de recurso repetitivo⁶, à luz do rito tracejado pelo art. 543-C do Código de Processo Civil e, pois, sob os cuidados da composição conglobante própria

aos julgamentos das seções que se agregam àquela augusta Casa de Justiça.

II – A divergência com o posicionamento da Corte Especial do STJ

Não se desconhece, como dito, a existência de inúmeros precedentes, inclusive no âmbito das Turmas que formam a egrégia Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça e da colenda Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, reconhecendo que, por versar a decadência tema jungido aos domínios do direito material, não deverá incidir frente a benefícios previdenciários concedidos antes de 27/06/1997, data na qual editada a Medida Provisória 1.523-9⁷, que deu novo rosto à cabeça do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituindo este prazo extintivo.

Sem embargo, não são poucas as decisões judiciais que aplicam a nova redação do *caput* do art. 103 da Lei 8.213/1991 inclusive em relação à pretensão de revisar o ato de concessão de benefício previdenciário nascido antes de 27/06/1997, contando-se o prazo decadencial, contudo – para evitar a inaceitável aplicação retroativa de lei posterior – desde a data da vigência do Diploma Normativo que deu vida ao instituto da decadência em tema de revisão do valor da RMI de benefício previdenciário.

Ao fazê-lo, agarram-se essas decisões ao pacífico entendimento da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça e dos egrégios Tribunais Regionais Federais⁸ em torno da aplicabilidade imediata de lei nova que institui prazo decadencial relativamente a certo direito de índole potestativa.

Devo iniciar, pois, demonstrando esse magistério jurisprudencial que, na visão de muitos – os quais gozam da consoladora companhia, como se verá adiante, de doutrinadores do peso de *Pontes de Miranda*, *Galeno Lacerda*, *Câmara Leal* e *Barbosa Moreira* – representa o pensamento mais correto ao enfrentar-se a conturbada problemática do direito intertemporal em matéria de instituição de prazo decadencial:

⁴MS 9.112/DF, Corte Especial, rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 14/11/2005.

⁵Merece menção, aqui, a Súmula 63 publicada pelas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, cujo enunciado é o seguinte: “Em 1º/08/2007 operou-se a decadência das ações que visem à revisão de ato concessório de benefício previdenciário instituído anteriormente a 28/06/1997, data de edição da MP 1.523-9, que deu nova redação ao art. 103 da Lei 8.213/1991”.

⁶E nem mesmo foi decidida pelas Quinta e Sexta Turmas em julgamento conjunto pela Terceira Seção, ao pálio da reunião de todos os seus ministros integrantes.

⁷Convertida, ao depois, na Lei 9.528/1997.

⁸TRF 1ª Região, AMS 2000.34.00.040799-1/DF, Primeira Turma, rel. Juíza Federal convocada Sônia Diniz Viana, DJ de 05/11/2007; TRF 3ª Região, AMS 2000.60.00.003496-3, Décima Turma, rel. Juiz Federal Galvão Miranda, DJ de 18/01/2006; TRF 4ª Região, ElAC 2005.71.00.024448-1, Segunda Seção, rel. Des. Federal Maria Lúcia Luz Leiria, DJ de 05/03/2008; TRF 5ª Região, REOMS 2001.81.00.016237-1, Terceira Turma, rel. Des. Federal Geraldo Apoliano, DJ de 28/02/2008.

Administrativo. Ato administrativo: revogação. Decadência. Lei 9.784/1999. Vantagem funcional. Direito adquirido. Devolução de valores.

Até o advento da Lei 9.784/1999, a Administração podia revogar a qualquer tempo os seus próprios atos, quando eivados de vícios, na dicção das Súmulas 346 e 473/STF.

A Lei 9.784/1999, ao disciplinar o processo administrativo, estabeleceu o prazo de cinco anos para que pudesse a Administração revogar os seus atos (art. 54).

A vigência do dispositivo, dentro da lógica interpretativa, tem início a partir da publicação da lei, não sendo possível retroagir a norma para limitar a Administração em relação ao passado. Ilegalidade do ato administrativo que contemplou a impetrante com vantagem funcional derivada de transformação do cargo efetivo em comissão, após a aposentadoria da servidora. Dispensada a restituição dos valores em razão da boa-fé da servidora no recebimento das parcelas.

Segurança concedida em parte. (STJ, MS 9.112/DF, Corte Especial, rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 14/11/2005.)

Direito Administrativo. Servidor público distrital. Pensão por morte. Vantagens. Ilegalidade no pagamento. Decadência administrativa. Não ocorrência. Art. 54 da Lei 9.784/1999. Recurso especial conhecido e provido.

I. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão segundo a qual os atos administrativos praticados anteriormente ao advento da Lei 9.784/1999 também estão sujeitos ao prazo decadencial quinquenal de que trata seu art. 54. Todavia, nesses casos, tem-se como termo a quo a entrada em vigor de referido diploma legal.

II. Hipótese em que a ilegalidade da percepção de vantagem pela recorrida, pensionista de servidor público distrital falecido, decorre do ato de aposentadoria dele, ocorrido em 1990, antes da entrada em vigor da Lei 9.784/1999, e o cancelamento do seu pagamento ocorreu 2001, de modo que não há falar em decadência administrativa no presente caso.

III. Recurso especial conhecido e provido. (STJ, REsp 882.342/DF, Quinta Turma, rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 10/03/2008.)

A identidade jurídica entre as discussões em cotejo é inegável.

Tem-se, de um lado, novo prazo decadencial trazido pelo art. 103 da Lei 8.213/1991, e, de outro, novo prazo decadencial plasmado pelo art. 54 da Lei 9.784/1999.

Ambos irradiam-se sobre o direito de revisar atos administrativos: o primeiro tangencia o direito à revisão do ato administrativo cujos efeitos jurídicos cingem-se à concessão de um benefício previdenciário; o segundo concerne ao direito à revisão de um ato administrativo em geral, sem conteúdo especificado pela lei. Mesmo

que um dos prazos dirija-se aos beneficiários da Previdência Social (art. 103 da Lei 8.213/1991) e o outro esteja voltado aos agentes da Administração Pública (art. 54 da Lei 9.784/1999), não há como deixar de enxergar que, tanto num quanto noutro caso, está em disputa o direito potestativo a revisar um ato administrativo, que, até certa altura, não se sujeitava a prazo decadencial algum.

Em relação ao art. 103 da Lei 8.213/1991, a Quinta e a Sexta Turmas do STJ reputam-no inaplicável – *de que modo for*, ou seja, ainda que a contagem dos dez anos somente tivesse início a partir do nascimento da norma que o instituiu – ao direito de revisar os atos administrativos anteriores à sua vigência. Em relação ao art. 54 da Lei 9.784/1999, a Corte Especial daquele mesmo Tribunal o considera aplicável ao direito de revisar qualquer que seja o ato administrativo, *mesmo os anteriores à sua vigência*, contando-se o prazo decadencial, contudo, somente a partir da data em que entrou em vigor.

III – Três razões que justificam a aplicação do novel art. 103 da Lei 8.213/1991 aos benefícios concedidos anteriormente à vigência da Medida Provisória 1.523-9, de 26 de junho de 1997, contando-se o prazo decadencial a partir da data em que entrou em vigor

Três razões, basicamente, conduzem à convicção de que esta é a melhor forma de lidar com o prazo decadencial ilustrado no art. 103 da Lei 8.213/1991 – à vista da conformação imprimida pela MP 1.523-9/1997 –, diante da questão ligada à sua aplicação intemporal.

1. Primeira razão: o prazo decadencial a atacar o direito à revisão do ato administrativo de concessão de um benefício previdenciário tem a mesma natureza ontológica do prazo decadencial relativo à revisão de ato administrativo de conteúdo diverso.

De logo, insta observar que a decadência, qualquer que seja a área do Direito em que introduzida – Civil, Administrativo, Tributário, Previdenciário etc. –, encerra a mesma natureza ontológica. Fomentada pela necessidade de promover a estabilidade social, presta-se a extinguir determinado direito quando ultrapassado longo lapso temporal sem que seu titular o tenha exercido. Estamos diante, é certo, de instituto jurídico de direito material que se engasta na chamada Teoria Geral do Direito. Ainda que sua presença seja verificada em diversos segmentos da ciência jurídica,

ainda que nestes transpareçam contornos um pouco distintos, não há dúvida de que sua essência é a mesma, sempre. Trata-se de ferramenta depositada nos cofres da segurança jurídica, voltada, repita-se, à manutenção de situações estáveis, já consolidadas.

Daí não existir razão legítima para dar tratamento jurídico diferente à decadência do art. 54 da Lei 9.874/1999 e à plasmada no art. 103 da Lei 8.213/1991. Ambas dirigem-se a estabilizar relações jurídicas quando ultrapassado considerável espaço de tempo, a primeira mirando contra atos administrativos dos quais decorram efeitos favoráveis ao administrado, a segunda perseguindo um ato administrativo específico, qual o ato de concessão de um benefício do RGPS. Não há diferença substancial entre uma e outra.

2. Segunda razão: a aplicação do art. 103 da Lei 8.213/1991 aos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à edição da MP 1.523/1997 não hospeda situação de retroatividade da norma.

Por outro lado, não se vislumbro a anunciada retroatividade da MP 1.523/1997 quando se analisa a decadência do direito de revisão do ato de concessão do benefício previdenciário surgido anteriormente à sua vigência.

De fato, haveria retroatividade se esses dez anos correspondentes ao prazo inercial fossem contados desde a edição daquele ato de concessão. Sabia-se, antigamente, que não havia prazo decadencial algum para o exercício do direito de revisá-lo. A situação era essa, e alterá-la, fazendo a contagem ter início desde a gênese do ato, conspurcaria, sem dúvida alguma, a segurança jurídica que anima a garantia ilustrada no art. 5º, XXXVI, da Carta Maior.

Bem diferente é o panorama quando a contagem da decadência não retroage à data da edição do ato de concessão do benefício previdenciário, mas começa a fluir daqui para frente, ou seja, somente a partir da vigência da lei que a instituiu. A bem da verdade, não há retroação da norma, mas sua incidência imediata. E sem prejudicar ninguém, pois *os dez anos valem para todos*. Aliás, para aqueles que tiveram seus benefícios outorgados antes da nova lei que definiu o prazo decadencial, ter-se-á, entre o ato de concessão e o termo *ad quem* da decadência, mais do que esses dez anos, naturalmente. Mas assim deve ser para não violentar a segurança jurídica, pois, do contrário, aí sim, estar-se-ia abrindo as portas ao indesejado *efeito surpresa*.

3. Terceira razão: a isonomia entre os beneficiários da Previdência Social.

O terceiro motivo que leva à adoção desse pensamento, por fim, está associado ao peso que devemos atribuir à isonomia entre os diversos beneficiários do RGPS.

Por que blindar os benefícios concedidos anteriormente à MP 1.523-9/1997, assegurando-lhes a possibilidade de, *ad aeternum*, serem revistos judicialmente no que se refere ao ato de que importou na sua concessão, e reconhecer a fluência da decadência àqueles deferidos após este marco? Não se vê como decisivo o fato de uns serem anteriores a 27/06/1997 e outros serem posteriores a essa data; nem parece legítimo tão simplório fator de discrimen. Sobretudo quando àqueles benefícios mais antigos os dez anos serão contados tão somente a partir vigência da nova lei, *pro futuro*, sem surpresa a ninguém porque a contagem não retroagiu de modo algum.

Se a uns não é permitido discutir judicialmente o ato de concessão do seu benefício quando já consolidada a situação relacionada com o valor de sua RMI após a passagem de longos dez anos, não há como, a outros, permitir-lhes *eternamente* discuti-lo. O tratamento já é diverso na medida em que aos benefícios anteriores a 27/06/1997 a decadência resultará em prazo superior aos dez anos, uma vez que a sua contagem apenas se iniciará a partir desse dia; essa diferenciação, porém, tem um fundamento legítimo, qual a preservação da estabilidade do período onde não existia prazo decadencial algum, sob pena de a contagem retroativa surpreender e, com isso, entrar em rota de colisão com o valor albergado no alto do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal. Agora, dizer que o valor da RMI, alcançada no ato de concessão de um benefício previdenciário gerado em 26/06/1997, pode ser discutido *a qualquer tempo e quantas vezes forem*, ao passo que o valor da RMI referente a outro benefício que despontou um dia depois, em 27/06/1997, não poderá ser revisado mercê da decadência operada com o ajuizamento de demanda judicial depois de decorridos dez anos disso, esconde tratamento que não é razoável nem se traduz em diferenciação escorada em fundamento legítimo.

IV - A constitucionalidade do art. 103 da Lei 8.213/1991, na redação dada pela Medida Provisória 1.523-9, de 26 de junho de 1997

Como se viu, não há como estabelecer a *eternidade* como o marco final do prazo para alguém discutir judicialmente o ato de concessão de seu benefício previdenciário, sobretudo quando em relação

a outros beneficiários existe um prazo de dez anos para que o façam, sob pena de estabilizar a situação já consolidada. Do contrário, teremos, sim, a eternização do litígio, do conflito, conflito esse que gira em torno de um ato administrativo que já se materializou há muito, mas há muito tempo mesmo. Estaremos discutindo em demandas judiciais o ato de concessão de um benefício previdenciário que veio à baila há 15, 20, 25, 30, 35, 100 anos... e assim o será *para sempre*.

É bom notar, por oportuno – haja vista existir na doutrina vozes em sentido contrário –, que a previsão da decadência no art. 103 da Lei 8.213/1991 não afugenta qualquer norma constitucional. Com efeito, a segurança jurídica é um dos mais caros princípios que orientam o Estado Democrático de Direito moldado pela Carta de 1988.

Ademais, é plenamente razoável o lapso de dez anos para o segurado ou dependente revisar o ato de concessão do seu benefício. Veja-se, não há decadência alguma para alguém ter reconhecido o seu direito fundamental a um benefício previdenciário e começar a recebê-lo. O legislador traçou, tão somente, um período de tempo bem razoável (dez anos) para que o seu titular venha a revisar o *valor* desse benefício. Nada há de inconstitucional nisso. Aliás, fosse assim e inúmeros prazos decadenciais articulados na legislação civil, consumerista ou tributária também estariam fadados a desaparecer, tendo em vista que também se relacionam com direitos fundamentais.

V - Outros exemplos que elucidam a melhor forma de lidar com a criação ou alteração de prazo decadencial ou prescricional

Há espaço para enfatizar, outrossim, que é nesta mesma fonte que o legislador tem matado sua sede de dar correta aplicação intertemporal a prazos decadenciais ou prescricionais que são reduzidos por lei posterior – ao que se equivale a instituição de um prazo inercial até então inexistente, por absoluta similaridade nos seus efeitos.

Deveras, o Código Civil, em seu art. 2.028, não determinou que os novos prazos prescricionais ou decadenciais não se aplicariam aos fatos anteriores à sua vigência. Apenas deixarão de incidir se a contagem segundo a lei antiga já houvesse transposto a metade do prazo antigo e mais amplo. Do contrário, é a nova lei que deve imperar, operando eficácia *ex nunc* – tal qual se propõe em relação ao novel art. 103 da Lei 8.213/1991.

Cabe mencionar, também, que, em se tratando de Direito Tributário, o egrégio Superior Tribunal de Justiça, ao assistir a assustadora tentativa de carregar com força retro-operante a redução do prazo da repetição do indébito implementada pelo art. 3º da LC 118/2005 – ao que, repita-se, se equivaleria a novel instituição de decadência até então inexistente –, chancelou a aplicação da nova sistemática de contagem a partir da vigência da LC 118/2005 quando não resultasse em prazo superior àquele que se teria segundo a lei antiga. Deveras, no julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade no EREsp 644.736/PE⁹, quando reconhecida por aquela honorável Casa de Justiça a incompatibilidade vertical do art. 4º da LC 118/2005 com o Texto Magno, o eminente Min. Teori Albino Zavascki, em seu magistral voto, seguido à unanimidade pelos seus eminentes pares, citou que esse raciocínio acerca da aplicação da lei nova que diminui um prazo prescricional (ou decadencial, por certo) goza da honrosa companhia de juristas do porte de *Pontes de Miranda* (*Comentários ao Código de Processo Civil*, Forense, 1998, Tomo VI, p. 359), *Barbosa Moreira* (*Comentários ao Código de Processo Civil*, Forense, 1976, v. V, pp. 205/207), *Galeno Lacerda* (*O Novo Direito Processual Civil e os Feitos Pendentes*, Forense, 1974, pp. 100/101) e *Câmara Leal* (*Da Prescrição e da Decadência*, Forense, 1978, p. 90), de fora parte ter sido acolhido em diversos precedentes do Supremo Tribunal Federal. É sua a seguinte conclusão, acompanhada da habitual cintilância: “Assim, na hipótese em exame, com o advento da LC 118/2005, a prescrição, do ponto de vista prático, deve ser contada da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da sua vigência (que ocorreu em 09/06/2005), o prazo para a ação de repetição do indébito é de cinco a contar da data do pagamento; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da lei nova” (grifei).

A síntese desse raciocínio foi feita, com maestria, pelo saudoso Min. Luiz Galloti, quando do julgamento, pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, do RE 37.223, realizado na assentada de 10/07/1958:

Prescrição extintiva. Lei nova que lhe reduz prazo. Aplica-se à prescrição em curso, mas contando-se o novo prazo a partir da nova lei. Só se aplicará a lei antiga, se o seu prazo se consumir antes que

⁹Corte Especial, rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU, ed. 27/08/2007. Importa assinalar que o voto aludido é aquele confeccionado no julgamento tomado pela própria Primeira Seção, não aqueloutro que sobreveio na Corte Especial após decisão do STF reconhecendo a necessidade de observância à reserva de plenário (CF, art. 97).

se complete o prazo maior da lei nova, contado da vigência desta, pois seria absurdo que, visando a lei nova reduzir o prazo, chegasse a resultado oposto, de ampliá-lo.

Conclusão

Arrematando, não se antevê nenhum inconveniente em aplicar o razoável prazo decadencial de dez anos para a revisão do ato de concessão de todos os benefícios previdenciários, desde que, em relação àqueles que são anteriores à sua instituição, a contagem se inicie somente após a vigência do corpo normativo que estabeleceu a decadência (27/06/1997)¹⁰. Nisso, a bem da verdade, (i) não há nenhuma irretroatividade; (ii) dá-se tratamento isonômico a todos os beneficiários do RPGS que queiram revisar o valor inicial – RMI – do seu benefício; e (iii) se evita a *perenização do litígio*, que seria fruto do reconhecimento de que a decadência

não se aplicaria aos benefícios concedidos antes de 27/06/1997 – entendimento que outorgaria, a seus titulares, a faculdade de, até a eternidade, discutir, e tornar a discutir em juízo quantas vezes desejassem, o *quantum* inicial da prestação que a Previdência Social mensalmente lhes vem endereçando há um punhado de anos.

Referências bibliográficas

MIRANDA, Pontes de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Forense, 1998, Tomo VI.

MOREIRA, José Barbosa. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Forense, 1976, v. V.

LACERDA, Galeno. *O novo Direito Processual Civil e os Feitos Pendentes*. Forense, 1974.

LEAL, Câmara. *Da Prescrição e da Decadência*. Forense, 1978.

¹⁰ Medida Provisória 1.523-9/1997.